# COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 2.391, DE 2022

Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, para destinar temporariamente recursos ao CT-Espacial.

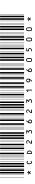
**Autor:** Deputado GUIGA PEIXOTO **Relator:** Deputado CLEBER VERDE

### I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei nº 2.391, de 2022, oferecido pelo nobre Deputado Guiga Peixoto, cujo intuito é estabelecer medidas de incentivo à inovação e pesquisa científica e tecnológica no setor espacial, objetivando maior autonomia tecnológica e o estímulo ao desenvolvimento industrial do País.

A proposta determina que em aquisições ou contratações de bens, produtos ou serviços por órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, bem como em financiamentos por entidades oficiais de crédito relativos às atividades relacionadas à infraestrutura e sistemas espaciais, será dada preferência para: (i) bens ou produtos produzidos no País que atendam às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em atividades espaciais, residentes e domiciliados no Brasil; (ii) bens ou produtos considerados de fabricação nacional, com base em índices mínimos de nacionalização, fixados, conforme a natureza do bem, conforme regulamentação; e (iii) serviços realizados por profissionais residentes e domiciliados no Brasil.





Caberá ainda, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES criar linhas de financiamento das ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área espacial, com preferência para a compra de componentes e equipamentos nacionais utilizados nestas pesquisas. Por fim, o Poder Público definirá estratégias para ampliação da rede de formação de recursos humanos na área espacial, bem como a criação de mecanismos para sua contratação.

O projeto de lei tramita em regime ordinário, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões. A matéria foi inicialmente distribuída para o exame, no mérito, pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCTI), no mérito e quanto à adequação orçamentária e financeira, pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e, na constitucionalidade e juridicidade, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Cabe-nos, pois, apreciar a matéria em consonância com o temário previsto no art. 32, inciso III, do Regimento Interno.

Transcorrido o prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

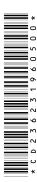
É o relatório.

### **II - VOTO DO RELATOR**

É comum que os setores aeronáutico e espacial sejam tratados em conjunto, formando um único grande setor, o aeroespacial. Entretanto, enquanto o setor aeronáutico brasileiro apresentou avanços surpreendentes nas últimas décadas, como é o caso da Embraer, o setor espacial desenvolveu trajetória bastante instável.

Desde o início das iniciativas brasileiras, iniciadas nos anos 60, com a constituição do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a quem compete o desenvolvimento, produção e operação dos satélites, e a criação do Instituto de Atividades Espaciais (IAE), o setor espacial apresentou





altos e baixos, com grandes flutuações orçamentárias, em especial a partir dos anos 2000.

No caso do Brasil, com exceção da base de Alcântara, o Estado é praticamente o único usuário das aplicações espaciais que são desenvolvidas no país, podendo-se classificar este mercado como um monopsônio.

Desse modo, entendemos que a proposta que ora nos é submetida é muito oportuna. Parece-nos uma alternativa viável de adoção de medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial, que ajudarão a conduzir à autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País.

No entanto, com o intuito de aperfeiçoar a proposta, sugerimos as modificações, expostas abaixo.

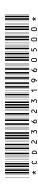
No art. 2°, inciso II, alteramos a terminologia de 'infraestrutura espacial de solo' para 'infraestrutura espacial de superfície', pois os sistemas de apoio efetivo à operação de utilização dos sistemas espaciais abrangem aqueles que são fixos no solo, mas também os embarcados em plataformas aéreas ou marítimas.

Acrescentamos, no mesmo dispositivo, as expressões 'estações multisatelitais' e 'observatórios', que compreendem outras modalidades de estações de superfícies.

No art. 6°, alteramos a redação para evitar o possível entendimento de que o próprio BNDES seria obrigado a adquirir componentes e equipamentos, o que fugiria do escopo desse banco de financiamento público.

Quanto ao art. 7°, que dispõe sobre estratégias para ampliação da rede de formação de recursos humanos na área espacial, destacamos que as ações devem ser empreendidas desde a educação básica até a pósgraduação, de modo a proporcionar o envolvimento de formação espacial a partir do ensino fundamental. Com o mesmo objetivo trocamos, no § 2° deste artigo, a expressão 'universidades' por 'instituições de ensino'.





Diante do exposto, nosso VOTO é pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 2.391, de 2022, na forma do Substitutivo abaixo.

Sala da Comissão, em de de 2023.

## Deputado CLEBER VERDE Relator

2023-14701





## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.391, DE 2022

Estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial; altera a Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, para destinar temporariamente recursos ao Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial.

### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no setor espacial, com vistas à autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição **Federal**.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, considera-se:

 I – atividades espaciais: esforço sistemático para desenvolver, industrializar, e operar sistemas espaciais, bem como a necessária e correspondente infraestrutura e a exploração desses dispositivos.

II — infraestrutura espacial de **superfície**: conjunto de instalações, sistemas ou equipamentos de superfície, bem como serviços associados, que proporcionam o apoio necessário à efetiva operação e utilização dos sistemas espaciais, inclusive centros de lançamento de veículos lançadores de satélites, de foguetes e de balões estratosféricos, laboratórios especializados de fabricação, testes e integração de componentes, partes e peças de dispositivos espaciais, estações e **estações multisatelitais**, **observatórios e centros de rastreio e controle**, bem como os serviços de recepção, tratamento e disseminação de dados obtidos ou gerados por meio de





III – sistema espacial: conjunto de bens, serviços e atividades espaciais correlatas à execução do ciclo completo dos serviços de lançamento, recuperação e controle de dispositivos espaciais.

IV – industrialização: qualquer operação que modifique a natureza, o funcionamento, o acabamento, a apresentação ou a finalidade do produto, ou o aperfeiçoe para consumo, tal como:

- a) a que, exercida sobre matérias-primas ou produtos intermediários, importe na obtenção de espécie nova (transformação);
- b) a que importe em modificar, aperfeiçoar ou, de qualquer forma, alterar o funcionamento, a utilização, o acabamento ou a aparência do produto (beneficiamento);
- c) a que consista na reunião de produtos, peças ou partes e que resulte um novo produto ou unidade autônoma, ainda que sob a mesma classificação fiscal (montagem);
- d) a que, exercida sobre produto usado ou parte remanescente de produto deteriorado ou inutilizado, renove ou restaure o produto para utilização (renovação ou recondicionamento).

Parágrafo único. São irrelevantes, para caracterizar a operação como industrialização, o processo utilizado para obtenção do produto e a localização e condições das instalações ou equipamentos empregados.

Art. 3º Nas aquisições ou contratações de bens, produtos ou serviços por órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e nos financiamentos por entidades oficiais de crédito relativos às atividades de que trata o art. 2º, será dada preferência para:

- I bens ou produtos produzidos no País que atendam às especificações, normas e padrões adotados pela legislação brasileira e cujas especificações, projetos e desenvolvimentos tenham sido realizados no País, por técnicos de comprovado conhecimento em atividades espaciais, residentes e domiciliados no Brasil;
- II bens ou produtos considerados de fabricação nacional, com base em índices mínimos de nacionalização, fixados, conforme a natureza do bem, nos termos da regulamentação;
- III serviços realizados por profissionais residentes e domiciliados no Brasil.
- § 1º A partir da publicação desta Lei, a totalidade das aquisições e contratação de bens, produtos ou serviços por órgãos e entidades





da Administração Pública Direta e Indireta deverá observar o disposto nos incisos I a III, admitindo-se a inobservância desses requisitos apenas para aqueles bens, produtos ou serviços para os quais não haja oferta nessas condições.

§ 2º Os termos da preferência nos financiamentos por entidades oficiais de crédito aos bens, produtos e serviços que atendam as condições previstas nos incisos I a III serão definidos em regulamento.

Art. 4º Inclua-se o art. 6º-A na Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, com a seguinte redação:

> "Art. 6°-A No mínimo 15% (quinze por cento) da arrecadação da contribuição instituída no art. 2º serão temporariamente destinados ao Programa de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Setor Espacial, instituído pela Lei n.º 9.994, de 24 de julho de 2000, por um período não inferior a oito anos."

Art. 5° O prazo de que trata o art. 6°-A da Lei n.º 10.168, de 29 de dezembro de 2000, será contado a partir da publicação desta Lei.

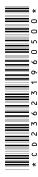
Art. 6° O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES criará linhas de financiamento das ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico na área espacial, nas quais será observada a preferência de compras e equipamentos nacionalizados nestas pesquisas, em conformidade com o disposto no art. 3º, bem como incentivará a geração de aplicações para atender às demandas nacionais.

Art. 7º O Poder Público definirá estratégias para ampliação da rede de formação de recursos humanos na área espacial, desde a educação básica até a pós-graduação, bem como a criação de mecanismos para sua contratação.

§ 1º Serão definidos programas com vistas à expansão do número de bolsas de estudo para mestrado e doutorado na área espacial, custeadas com os recursos de que trata o art. 6º-A da Lei n.º 10.168, de 29 de dezembro de 2000.

§ 2º O Poder Público definirá programas para estimular a formação e capacitação de profissionais na área espacial em cursos de especialização e aperfeiçoamento ou em estágios em instituições e empresas





de destaque, nacionais ou no exterior, bem como reforçará os recursos para os programas de interação com as **instituições de ensino**.

§ 3º O Poder Público privilegiará o desenvolvimento de tecnologias críticas para o País, bem como investirá na capacitação de professores e na divulgação das ações do programa espacial junto às instituições de educação básica e fundamental.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado CLEBER VERDE Relator

2023-14701

